



A MORADIA DO PASSADO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: DEMOLIÇÕES E RESISTÊNCIAS EM FORTALEZA, CEARÁ¹

EIXO TEMÁTICO: “OUTRAS” HISTÓRIAS?

ALMEIDA, Isabelle de Lima

Mestra em Arquitetura e Urbanismo (UFRN); Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (UFRN)
isabell.almeid@gmail.com

NASCIMENTO, José Clewton do

Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFBA); Professor do Departamento de Arquitetura (UFRN)
jotaclewton@gmail.com

RESUMO

Este artigo investiga a passagem do tempo no contexto urbano a partir de uma abordagem fundamentada em conceitos elaborados por Milton Santos, como rugosidade e inércia dinâmica. A pesquisa analisa a história urbana de Fortaleza, capital do Ceará, tendo como foco a habitação no contexto do processo de urbanização. Examina-se, assim, as demolições, remoções, permanências e resistências das diferentes formas de moradia. A análise revela como as pressões de remoção e redefinição de territórios populares, especialmente favelas e territórios pesqueiros tradicionais, resultaram em rupturas significativas na configuração socioespacial e paisagística da faixa litorânea de Fortaleza. Essas intervenções, impulsionadas por políticas rodoviaristas e de “desfavelamento”, deixaram cicatrizes na paisagem urbana, transformando-a em um mosaico fragmentado de distintas formas de ocupação do solo. Por fim, analisou-se a permanência de moradias históricas enquanto fragmentos materiais do passado. Através de observações de campo e registros fotográficos, o estudo evidencia a resistência de diferentes tipologias habitacionais como formas do passado que permanecem na contemporaneidade, transformando-se e adaptando-se às dinâmicas urbanas atuais. Conclui-se que a paisagem urbana de Fortaleza reflete uma complexa narrativa de tensão entre o velho e o novo, na qual remoções e resistências se entrelaçam, materializando a passagem do tempo na cidade contemporânea.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

PALAVRAS-CHAVE: história urbana; habitação; paisagem urbana; moradia histórica.

ABSTRACT

This paper investigates the passage of time in the urban context based on concepts developed by Milton Santos, such as roughness and dynamic inertia. The research analyzes the urban history of Fortaleza, the capital of Ceará, Brazil, focusing on housing within the urbanization process, thus examining demolitions, removals, permanencies, and resistances of different forms of housing. The analysis reveals how pressures for the removal and redefinition of popular territories, especially favelas and traditional fishing territories, resulted in significant disruptions in the socio-spatial and landscape configuration of Fortaleza's coastal strip. These interventions, driven by road and "de-favela" policies, left scars on the urban landscape, transforming it into a fragmented mosaic of different forms of land occupation. Finally, the study analyzes the permanence of historic dwellings as material fragments of the past. Through field observations and photographic records, the study highlights the resistance of historic dwellings as forms of the past that remain in contemporary times, transforming and adapting to current urban dynamics. It concludes that Fortaleza's urban landscape reflects a complex narrative of tension between the old and the new, in which removals and resistances intertwine, materializing the passage of time in the contemporary city.

KEY-WORDS: *urban history; social housing; urban landscape; historical housing.*

RESUMEN

Este artículo investiga el paso del tiempo en el contexto urbano a partir de un enfoque fundamentado en conceptos elaborados por Milton Santos, como rugosidad e inercia dinámica. La investigación analiza la historia urbana de Fortaleza, capital de Ceará, Brasil, enfocándose en la vivienda dentro del proceso de urbanización, examinando, así, las demoliciones, remociones, permanencias y resistencias de las diferentes formas de vivienda. El análisis revela cómo las presiones de remoción y redefinición de territorios populares, especialmente de las favelas y los territorios pesqueros tradicionales, resultaron en rupturas significativas en la configuración socioespacial y paisajística de la franja costera de Fortaleza. Estas intervenciones, impulsadas por políticas rodoviaristas y de "desfavelización", dejaron cicatrices en el paisaje urbano, transformándolo en un mosaico fragmentado de distintas formas de ocupación del suelo. Finalmente, se analizó la permanencia de viviendas históricas como fragmentos materiales del pasado. A través de observaciones de campo y registros fotográficos, el estudio evidencia la resistencia de viviendas históricas como formas del pasado que permanecen en la contemporaneidad, transformándose y adaptándose a las dinámicas urbanas actuales. Se concluye que el paisaje urbano de Fortaleza refleja una compleja narrativa de tensión entre lo viejo y lo nuevo, en la cual remociones y resistencias se entrelazan, materializando el paso del tiempo en la ciudad contemporánea.

PALABRAS CLAVE: *historia urbana; vivienda social; paisaje urbano; vivienda histórica.*

INTRODUÇÃO²

A paisagem urbana configura-se enquanto uma intrincada interação entre formas físicas e heranças socioterritoriais que coexistem em um mesmo momento histórico (Santos, 2006). Isto posto, entende-se que a materialidade da cidade carrega consigo as repercussões de formas e técnicas de tempos anteriores (Santos, 2006), que se combinam e se substituem ao longo do processo de urbanização. A partir desse entendimento, emerge a analogia da paisagem como um palimpsesto, em que camadas de tempos passados se sobrepõem e se acumulam em um enredado processo histórico. Sendo assim, as continuidades do passado resistem na paisagem urbana contemporânea — reconhecidas conceitualmente como “rugosidades” —, revelando a inércia dinâmica do espaço — ou seja, a constante reprodução de formas ao longo do tempo (Santos, 2006).

Nesse sentido, a paisagem urbana não apenas reflete os lastros do passado, mas é também moldada e redefinida pelo presente, à medida que as heranças das épocas passadas se estabelecem como fundamentos para desdobramentos e realizações futuras. Portanto, a partir das forças existentes no presente, emergem vislumbres de um futuro em potencial (Santos, 2008). Dessa forma, a coexistência temporal se manifesta de maneira tangível na cidade, na qual heranças tanto materiais quanto culturais se entrelaçam na paisagem urbana.

A partir do pensamento de Milton Santos sobre a passagem do tempo na cidade, este artigo propõe uma reflexão acerca da história urbana de Fortaleza, capital do Ceará, a partir das demolições, remoções, permanências e resistências de suas diferentes formas de moradia. Primeiramente, traça-se um panorama histórico das pressões de remoção e redefinição do lugar dos territórios populares em Fortaleza, que culminaram na ruptura do tecido urbano e das formas históricas de morar — especialmente nas favelas litorâneas, como Praia do Peixe, Poço da Draga e Arraial Moura Brasil. Apresentam-se, assim, as cicatrizes causadas pela

² Este artigo resulta de uma ampla pesquisa sobre a história da habitação e do processo de urbanização de Fortaleza, constituindo-se enquanto um recorte de um capítulo da dissertação de mestrado elaborada pela autora sob orientação do coautor.

abertura de avenidas que, em nome de um projeto rodoviarista e hegemônico de cidade, propiciaram a ocupação litorânea pelas classes dominantes (Dantas, 2020). Por fim, analisa-se a permanência de moradias históricas enquanto formas e fragmentos materiais do passado. A partir de uma imersão em campo — com a realização de observações e registros fotográficos —, apresenta-se a materialização de formas habitacionais que surgiram no passado e que permanecem, resistem e se transformam no tecido urbano contemporâneo.

RUPTURAS E CICATRIZES: DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES E SUBSTITUIÇÕES DAS FORMAS HISTÓRICAS DE MORAR

O processo de urbanização abrange uma série de modernizações consecutivas que impõem inovações à configuração social, econômica e espacial dos lugares (Santos, 2008). Constantemente, os sistemas técnicos dominantes exercem pressões sobre territórios hegemonzados e contra-racionalizados, sendo estes caracterizados pela “incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes” (Santos, 2006, p. 210). Desencadeia-se, assim, o embate entre o velho e o novo na conformação socioterritorial da cidade: a partir do velho — a configuração anterior de um lugar —, condiciona-se o novo, vinculado à difusão de modernizações. Sob o impacto das poderosas forças das verticalidades e dos vetores de modernização, a paisagem urbana é talhada e moldada. O resultado é uma fissura: o novo impõe-se como cicatriz, enquanto o velho torna-se fragmento perante o novo ordenamento socioespacial (Santos, 2006).

À luz dos estudos sobre a habitação e o processo de redefinição do lugar dos pobres na cidade, entende-se que as sucessivas modernizações do espaço urbano impõem rupturas à coesão socioespacial dos lugares. No caso de Fortaleza, as contra-racionalidades podem ser localizadas, por exemplo, nos territórios populares formados a partir da combinação entre comunidades pesqueiras tradicionais e contingentes de flagelados da seca que se assentaram na faixa litorânea das praias, dunas e tabuleiros — as chamadas “areias” da cidade (Dantas, 1930). Constituídos a partir do processo de favelização — embrionário no século XIX e intensificado no século XX (Silva, 2009) —, os territórios populares estabelecidos ao longo da

costa sofreram com intensas pressões (Cavalcante, 2017), que, por sua vez, marcaram profundamente sua configuração espacial e seus modos de vida.

Dentre os vetores de modernização atuantes sobre as favelas litorâneas, destacam-se as pressões de remoção a partir da ressignificação das faixas de praia. Esse processo ganhou força, especialmente, no período que abrange os anos de 1940 a 1970, marcado pela “valorização das zonas de praia como lugar de habitação, de lazer e de veraneio” da elite local (Dantas, 2020, p. 45). Tal quadro se aprofunda por meio da abertura de avenidas que, a serviço de um projeto rodoviarista e hegemônico de cidade, propiciaram a ocupação do litoral pelas classes dominantes (Aldigueri, 2017).

O ponto de partida desse processo é a remoção, demolição e substituição das formas históricas de morar — ou seja, o apagamento da pré-existência: choupanas e palhoças que compunham o território popular tradicional das areias da cidade. Rompe-se, assim, a coesão espacial e a horizontalidade dos lugares. Ferido em suas formas de organização social, econômica e espacial, o velho perde espaço para o novo: as áreas opacas e hegemônicas colidem-se com as luminosidades e o processo de hegemocratização (Santos, 2006). No contexto do litoral fortalezense, substitui-se a população tradicional e seus modos de vida — vinculados à pesca e ao mar — pela moradia burguesa, com suas casas de veraneio e seus balneários elitizados (Dantas, 2020). Portanto, a valorização do litoral e “o consequente avanço da cidade formal” em direção às areias desencadeiam uma série de conflitos relacionados ao uso e à ocupação da costa fortalezense (Cavalcante, 2017, p. 132).

A gênese da hegemocratização do litoral de Fortaleza se dá na antiga Praia do Peixe, que passou por uma significativa transformação, tornando-se “um dos espaços mais disputados e elegantes da cidade” ainda no início do século XX (Cavalcante, 2017, p. 137). Também chamada de Porto das Jangadas, a Praia do Peixe era local de moradia e ofício dos pescadores. Com a transformação da área litorânea em balneário das elites, o bairro ganhou uma nova imagem e uma nova denominação: Praia de Iracema. Schramm (2001, p. 36) relata que “os moradores dos casebres à beira-mar” foram expulsos com o surgimento das novas funções urbanas da Praia de Iracema. Contudo, o ofício da pesca e a venda do peixe continuaram a

ocorrer na praia. Assim, os pescadores passaram “a conviver com os novos grupos que chegavam”, uma convivência repleta de conflitos no uso e nas formas de apropriação do espaço marítimo (Schramm, 2001, p. 36).

Deslocados da zona costeira, os antigos moradores foram “aos poucos empurrados para as dunas próximas, levantando suas habitações no Alto Alegre, em Altamira, no Morro do Seminário e imediações, [...] mantendo apenas as jangadas ancoradas à beira-mar” (Cavalcante, 2017, p. 137-138). Tal processo de desapropriação da faixa litorânea aprofundou-se com a construção do Porto do Mucuripe, nos anos 1940, que causou a destruição da faixa de praia da antiga Praia do Peixe, bem como de parte das residências da elite da Praia de Iracema. Como resultado, “grande parte dos pescadores migraram para outros pontos da orla, sobretudo para o Mucuripe e o Poço da Draga” (Schramm, 2001, p. 46).

Conforme um projeto rodoviário de cidade, o Plano Diretor de Remodelação e Expansão de Fortaleza, elaborado por José Otacílio Saboia Ribeiro em 1947 (Andrade, 2012), propôs a abertura da Avenida Mucuripe — atual Avenida da Abolição. O objetivo era estabelecer uma conexão entre o novo porto da cidade e a região central, bem como a zona industrial a oeste da nova área portuária, no Mucuripe. Como resultado, “centenas de habitações populares vão ser demolidas ao longo de Meireles, Volta da Jurema e Mucuripe, sendo, este último, o local onde mais desapropriações vão ser realizadas, com mais de 300 casas demolidas e indenizadas pela Prefeitura de Fortaleza” (Cavalcante, 2017, p. 155).

Já o Plano Diretor de Fortaleza de 1962, elaborado por Hélio Modesto, “orienta o crescimento da cidade para o litoral” (Dantas, 2020, p. 47), culminando na abertura da Avenida Beira Mar, em 1963 — construída em substituição ao antigo ramal ferroviário que seguia até o Porto do Mucuripe. Esse processo envolveu a remoção de “centenas de construções de barro e telha, a maioria sem piso, que manchavam a paisagem das residências modernas que iam sendo construídas” (Jucá, 2000, p. 45). Como resultado,

[...] torna-se nítido que os morros do campo de dunas localizado a leste do ramal ferroviário Parangaba-Mucuripe consolida-se como um dos principais territórios alternativos de Fortaleza, recebendo retirantes que migravam para a cidade e

habitantes da capital, que eram removidos compulsoriamente de seus antigos locais de morada, especialmente de outros pontos da frente marítima de Fortaleza (Cavalcante, 2017, p. 162).

Estabeleciam-se, portanto, duas frentes de ocupação para as populações litorâneas desapropriadas: o Mucuripe, localizado a leste, e o Poço da Draga e o Pirambu, situados a oeste. Segundo Schramm (2001, p. 47), no caso dos moradores da antiga Praia do Peixe,

[...] a área do Poço da Draga acolheu muitos dos pescadores que migraram da faixa de praia destruída pelo mar [...]. A área abrigava, além de um casario disperso, uma concentração de casebres ao longo do trilho do trem, a que ficou restrita a favela homônima, quando um estaleiro foi implantado na área na segunda metade da década de 1970.

Logo, o Poço da Draga consolida-se enquanto um enclave remanescente do antigo bairro dos pescadores, ocupação popular tradicional herdeira das comunidades pesqueiras que habitavam o território das areias do Outeiro e da antiga área portuária de Fortaleza. O Poço da Draga representa, portanto, a “memória de um grupo que tem sobrevivido ao alijamento do território que tradicionalmente ocupava, resistindo numa exígua faixa ao longo da antiga linha férrea” (Schramm, 2001, p. 94).

Nos anos 1970, outra obra de grande impacto atingiu a faixa litorânea no trecho marcado pelas dinâmicas da antiga área portuária da cidade e das comunidades pesqueiras tradicionais: a abertura da Avenida Presidente Castelo Branco, popularmente conhecida como Avenida Leste-Oeste. No contexto do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF), de 1972, a abertura da faixa litorânea para a circulação viária se deu conforme as “diretrizes dos programas de desenvolvimento da faixa litorânea e de renovação do centro urbano” (Cavalcante, 2017, p. 233). Esse projeto resultou no “maior programa de desfavelamento já lançado na capital até então” (Cavalcante, 2017, p. 233).

Com a abertura da nova avenida, ocorreu a remoção de amplas áreas do Arraial Moura Brasil (Figura 1), “a mais antiga forma de pré-favelamento que a cidade conheceu” (Castro, 1982, p. 72 *apud* Andrade, 2012, p. 164), cuja ocupação remonta ao final do século XIX. O antigo território pesqueiro transforma-se, portanto, em um enclave, sem acesso ao mar. A própria

avenida funciona como barreira urbanística, impedindo o livre acesso à faixa litorânea. Formase, dessa maneira, uma cicatriz, que substitui a pré-existência das formas históricas de moradia do Arraial Moura Brasil (Figura 2), visto que,

Após a construção da avenida Leste-Oeste, o Arraial Moura Brasil constitui-se em vaga lembrança situada às margens da avenida. A parte voltada para o mar foi substituída por uma via litorânea, cujos limites são a indústria naval e a praia do Pirambu. Os antigos habitantes foram deslocados para conjuntos populares construídos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH): o Palmeira, em Messejana e o Marechal Rondon, em Caucaia (Dantas, 2020, p. 49).

Figura 1: Arraial Moura Brasil anterior à abertura da Avenida Presidente Castelo Branco



Fonte: O Cruzeiro (1968)

Figura 2: Remoção do Arraial Moura Brasil com a abertura da Avenida Presidente Castelo Branco



Fonte: Cavalcante (2017)

Estabelece-se, assim, o ideário do desfavelamento conforme um “processo global de remoção de favelas” (Cavalcante, 2017, p. 169). Segundo Cavalcante (2017, p. 169), apenas na experiência de desfavelamento do antigo Arraial Moura Brasil, “vão ser desapropriadas, em números oficiais, 2.168 moradias e aproximadamente 13 mil pessoas que passaram a morar em outros pontos da capital e fora dela”. Para as famílias que não aderiram ao loteamento periférico, a ocupação das dunas dos bairros Cais do Porto e Vicente Pinzón apresentou-se como principal alternativa (Cavalcante, 2017).

Nesse contexto, os conflitos territoriais se alastraram pela cidade, sendo constantes as ameaças e as efetivas ações em prol do desfavelamento em Fortaleza. O resultado dessa ofensiva é o aprofundamento da periferização, desterritorialização e reterritorialização, afastando as camadas populares das imediações das áreas centrais à medida que novos eixos de valorização fundiária se estabeleciam. Dessa maneira, a abertura de novas vias, em consonância com um projeto hegemônico e rodoviarista de cidade, rompe com a horizontalidade das antigas areias, criando artérias que funcionam como cicatrizes das forças de verticalidade aplicadas às zonas opacas e contra-racionalizadas (Santos, 2006).

Dessa forma, emerge um cenário urbano em que as favelas litorâneas permanecem apenas parcialmente, carregando inúmeras cicatrizes decorrentes da reconfiguração de suas estruturas socioespaciais anteriores. A faixa litorânea de Fortaleza torna-se, assim, um mosaico fragmentado, com vestígios das antigas favelas remanescentes das comunidades pesqueiras tradicionais intercalados com áreas residenciais e de lazer voltadas às classes dominantes, coexistindo, ainda, com áreas industriais e portuárias. O resultado é um embate permanente entre o velho e o novo (Santos, 2006), promovendo a constante transformação da paisagem urbana contemporânea, de forma contraditória e conflituosa.

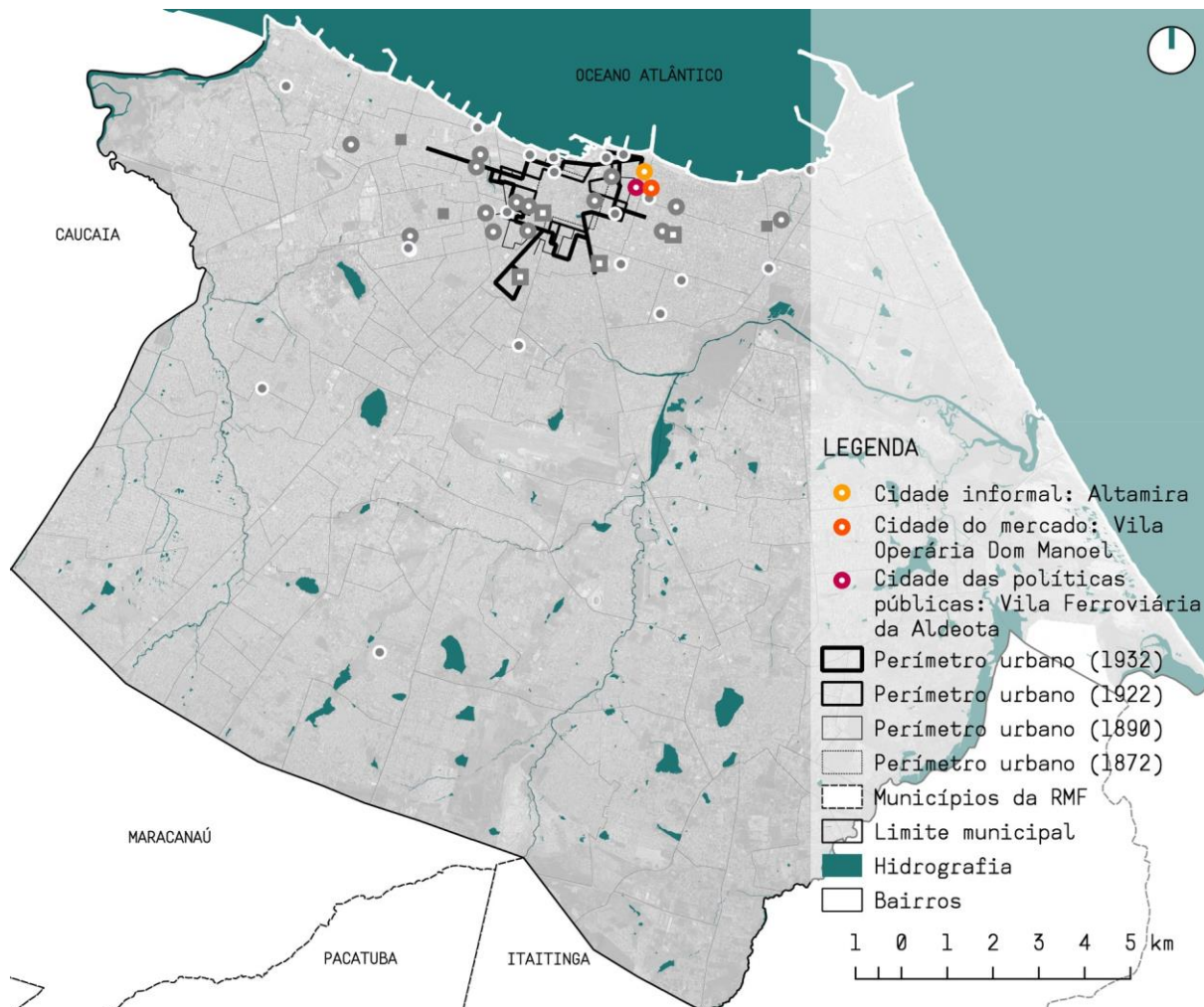
A HABITAÇÃO ENQUANTO FORMA E FRAGMENTO MATERIAL DO PASSADO: PERMANÊNCIAS, RESISTÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

Neste tópico, realiza-se uma imersão em campo com a finalidade de identificar formas históricas de moradia que permanecem no tecido urbano contemporâneo de Fortaleza. Para

isso, realizou-se um recorte do espaço intraurbano a partir das esferas habitacionais da cidade informal, da cidade do mercado e da cidade das políticas públicas³. O resultado da aplicação desse critério foi a seleção de três exemplares para análise e pesquisa em campo: Altamira, representante da cidade informal; Vila Operária Dom Manoel, relativa à cidade do mercado; e, por fim, Vila Ferroviária da Aldeota, materialização da cidade das políticas públicas. Identificadas no tecido urbano contemporâneo (Figura 3), os exemplares selecionados guardam relações de proximidade entre si (Figura 4), ainda que estejam atualmente inseridos em três bairros distintos: Praia de Iracema, Meireles e Centro, respectivamente.

³ A divisão metodológica das formas históricas de moradia em Fortaleza se realiza por meio da cidade informal das areias e favelas, da cidade do mercado das vilas e loteamentos populares e da cidade das políticas públicas construída a partir das primeiras experiências de intervenção estatal na produção da habitação, como os grupos residenciais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões. Reconhece-se que, ainda que concretizadas em momentos históricos distintos e produzidas por diferentes agentes socioeconômicos, as três cidades coexistem na mesma esfera social e urbana enquanto a sobreposição de determinantes econômicas, institucionais, físico-territoriais, técnicas e culturais. As categorias de cidade informal, cidade do mercado e cidade das políticas públicas representam, portanto, uma divisão metodológica do espaço urbano em três esferas não excludentes entre si, visto que há inúmeros exemplos de entrelaçamento e justaposição quanto às formas de habitação analisadas nesta pesquisa.

Figura 3: Inserção na escala intraurbana das três distintas modalidades habitacionais selecionadas para estudo de caso



Fonte: Autores (2023)

Figura 4: Localização dos exemplares históricos de moradia selecionados para estudo de caso e indicação do sentido dos percursos realizados



Fonte: Autores (2023)

A etapa de pesquisa de campo envolveu a realização de percursos a pé pelas localidades selecionadas, combinando análises e observações *in loco* com registros fotográficos. Este tópico fornece, portanto, uma descrição analítica das três áreas, explorando como a materialização da habitação do passado se manifesta hoje, e examinando seus aspectos de permanência, resistência e transformação. Realiza-se, assim, uma leitura da paisagem urbana, compreendendo-a enquanto uma intrincada interação entre formas físicas e heranças socioterritoriais — do presente e do passado —, que coexistem em um mesmo momento histórico (Santos, 2006).

Essa imersão revelou uma realidade socioespacial complexa, constituindo um mosaico de tempos históricos entrelaçados. Atualmente, testemunha-se a uma crescente pressão sobre os fragmentos materiais dos núcleos urbanos históricos, que permanecem na paisagem como rugosidades (Santos, 2006). Estabelece-se, assim, o embate entre a inserção de elementos tecnicamente representativos da contemporaneidade em meio a uma paisagem caracterizada por formas do passado, evidenciando as tensões entre ações hegemônicas e não-hegemônicas Santos (2006).

A cidade informal: Altamira

Para o estudo de caso dos enclaves da cidade informal no espaço urbano da contemporaneidade, investigou-se a antiga localidade de Altamira, correspondente à atual Rua Padre Justino, na Praia de Iracema. A formação do assentamento informal de Altamira tem raízes nas comunidades pesqueiras tradicionais que foram deslocadas das proximidades da faixa de praia para o alto das dunas do Outeiro (Schramm, 2001). Conforme Schramm (2001, p. 92), na atual Rua Padre Justino, permanece “o espírito de comunidade” dos antigos moradores da vila pesqueira da Praia do Peixe.

A Rua Padre Justino pode ser acessada a partir de ambas as suas extremidades: a oeste, pela Rua dos Arariús; e a leste, pela Rua João Cordeiro. Nas proximidades da esquina das ruas dos Arariús e Padre Justino, concentram-se casas unifamiliares de porta-e-janela com implantação tradicional no lote (Figura 5). Essas residências, no entanto, aparentam ter passado por diversas alterações em seu aspecto exterior — ou seja, fachadas e telhados —, não apresentando quaisquer elementos arquitetônicos que sugiram a sua historicidade. A maneira como essas casas são construídas e posicionadas nos lotes parece seguir um padrão contínuo, quase como uma fórmula facilmente replicável, algo que se assemelha ao conceito de “inércia dinâmica” introduzido por Milton Santos (2008) — ou seja, o processo de constante reprodução de formas duráveis ao longo do tempo na paisagem urbana.

Figura 5: Casa de porta-e-janela



Fonte: Autoes (2023)

Já os demais trechos da rua são ocupados por uma diversidade de exemplares multifamiliares. Há edifícios de apartamentos do tipo flat ou quitinete (Figura 6) — relacionados ao processo de renovação e substituição das formas histórica de ocupação do solo —, bem como casas de cômodos que se assemelham a cortiços, onde os medidores de água e luz indicam a presença de várias famílias compartilhando o mesmo lote e edifício. Trata-se, portanto, de um indício de precarização habitacional por coabitação. Para além dos usos residenciais, há lotes ocupados por pequenos comércios, como bodegas. Há, ainda, edifícios aparentemente sem uso, alguns deles à venda. Dessa maneira, abre-se margem para o apagamento dessas formas na paisagem urbana, com suas possíveis vendas e demolições, substituindo-as por novos arranjos vinculados à cidade da luminosidade e ao processo de hegemonização do espaço (Santos, 2006).

Figura 6: Substituição das formas históricas de moradia



Fonte: Autores (2023)

Já as evidências da passagem do tempo mostram-se aparentes nos materiais de construção que compõem as edificações da Rua Padre Justino, com tijolos de diatomito aparentes, camadas de pintura, sobreposição de elementos cerâmicos, dentre outros aspectos representativos das diferentes camadas históricas cristalizadas enquanto vestígios materiais do passado.

A cidade do mercado: Vila Operária Dom Manoel

Neste estudo de caso sobre a continuidade das formas históricas de habitação na cidade contemporânea, a Vila Operária Dom Manoel foi selecionada como representante da cidade do mercado. A vila operária foi construída em 1923 pelo Crédito Popular São José e compreendia, inicialmente, 32 casas (Viana, 2012). A exata localização da vila foi descoberta por meio de pesquisa documental no Cadastro de Loteamentos da Prefeitura Municipal de

Fortaleza, que inclui a planta do loteamento das terras ao redor da Vila Operária Dom Manoel, datado de 1938 (Figura 7).

Figura 7: Planta da Vila Operária Dom Manoel



Fonte: Cadastro de Loteamentos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA)

Além das 32 residências que originalmente compunham a vila operária, o loteamento inclui uma sequência de lotes que, ao contrário dos terrenos integrantes da vila operária de 1923, foram vendidos sem a prévia construção de moradias pelo empreendedor. Infere-se, portanto, que o loteamento do Crédito Popular São José representa um exemplo híbrido de soluções do mercado fundiário e imobiliário. Em um primeiro momento, na década de 1920,

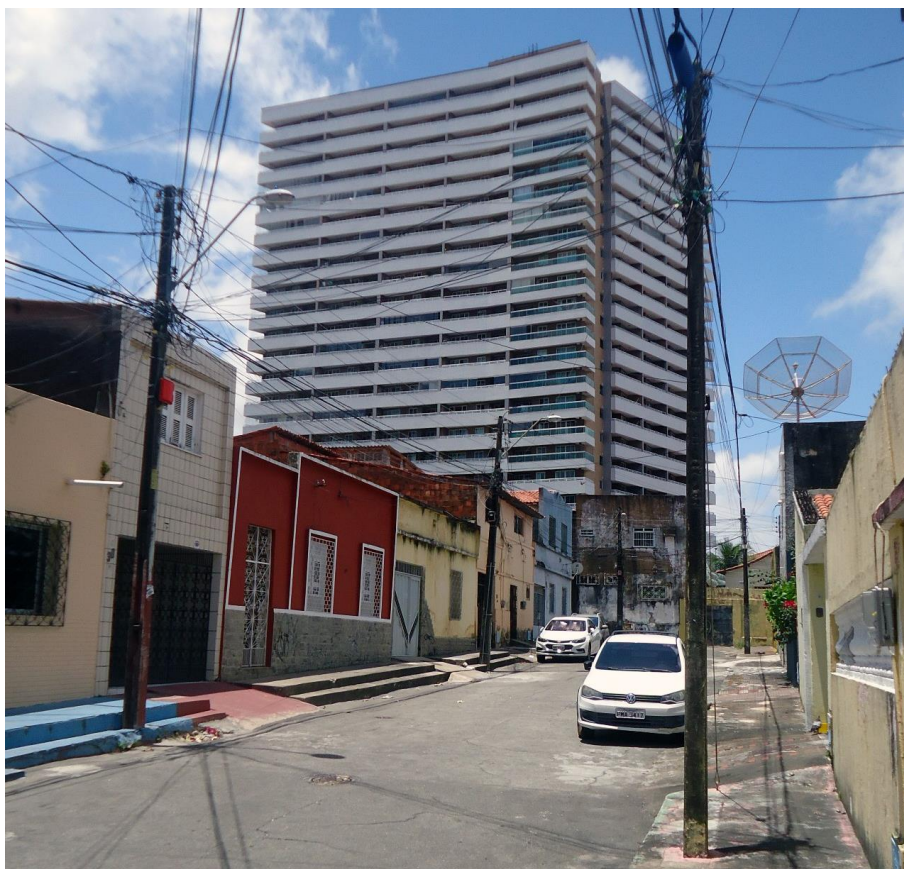
houve a venda de lotes com casas edificadas que, juntas, constituíam uma vila operária. Posteriormente, na década de 1930, ocorreu o parcelamento e a venda de lotes de forma independente.

Já na contemporaneidade, a percepção da Vila Operária Dom Manoel enquanto um conjunto encontra-se consideravelmente comprometida, uma vez que a descaracterização da vila é notável. Como resultado, é plausível inferir que, ao longo dos mais de cem anos de existência da vila, tanto as casas quanto os lotes passaram por significativas modificações e intervenções.

Localizada no bairro Meireles, o acesso ao interior da vila operária ocorre através de várias vias, como as ruas Padre Climério, Padre Pita e Antônio Augusto. A Rua José Agostinho desempenha o papel rua interna, articulando os lotes que compõem o loteamento do terreno de propriedade do Crédito Popular São José. Já a Rua Padre Pita é delimitada por muros de lotes voltados para a Rua João Cordeiro. Nesses muros, é recorrente o emprego de tijolos brancos de diatomito, “traço inconfundível da arquitetura fortalezense” (Castro, 2014, p. 35). O tijolo parece emergir enquanto uma camada histórica, testemunha da passagem do tempo e da permanência da habitação do passado.

Já na Rua José Agostinho, que cumpre a função de rua interna da antiga vila operária, a perspectiva do observador é marcada pelo contraste entre as casas de vila e uma torre de apartamentos (Figura 8), localizada na Rua João Cordeiro. Na rua interna do loteamento, as residências originalmente construídas enquanto o conjunto de casas da Vila Operária Dom Manoel encontram-se consideravelmente descaracterizadas. Não há remanescentes históricos que remetam às antigas casas da vila operária, uma vez que as intervenções foram numerosas, incluindo a construção de pavimentos superiores, a abertura de garagens e a subdivisão dos lotes, dentre outras modificações. Apenas algumas residências parecem manter a disposição original no lote, de acordo com o esquema estabelecido pela vila operária construída em 1923.

Figura 8: Perspectiva da Rua José Agostinho com torre de apartamentos ao fundo



Fonte: Autores (2023)

Na continuação da Rua José Agostinho, atravessando a Rua Antônio Augusto — que topograficamente está em uma cota mais baixa e aparenta ser uma área de encontro de diferentes cursos d'água que anteriormente emergiam das dunas e dos tabuleiros litorâneos —, estão localizados os lotes do parcelamento aprovado em 1938. Nessa área, a diversidade arquitetônica é ainda mais acentuada, com residências unifamiliares e multifamiliares de classe média e alta.

Já na Rua Padre Climério, uma casa destaca-se devido às suas características arquitetônicas de aspecto mais antigo (Figura 9). A casa, implantada sobre o alinhamento da via, apresenta fachada com elementos geométricos, remetendo à possível configuração arquitetônica do conjunto formado pela vila operária. A janela única marca um eixo de centralidade na casa. Nas laterais, há duas entradas diferentes, sendo uma delas coberta, enquanto a entrada descoberta parece ser uma adição posterior. Este exemplar arquitetônico resiste enquanto o

último remanescente da vila operária centenária. As demais casas da vila aparentam dar sequência apenas à relação entre edifício e lote enquanto continuidade da implantação original no terreno.

Figura 9: Casa na Rua Padre Climério



Fonte: Autores (2023)

Ainda na Rua Padre Climério, observa-se a existência de um estacionamento, constituído enquanto um vazio resultante da junção de cerca de três lotes originalmente ocupados por casas da Vila Operária Dom Manoel. A existência de um estacionamento nesse contexto é mais um indicativo do acelerado processo de demolição, degradação e substituição das formas históricas de moradia que, anteriormente, constituíam o conjunto arquitetônico da vila operária.

A cidade das políticas públicas: Vila Ferroviária da Aldeota

Como exemplar da produção habitacional das políticas públicas em Fortaleza, selecionou-se a Vila Ferroviária da Aldeota (Figuras 10, 11 e 12), construída em 1938 pela Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários da Rede de Viação Cearense (CAP-RVC). Originalmente, a vila era composta por 11 casas de quatro tipologias habitacionais diferentes (Almeida, 2009).

Figuras 10, 11 e 12: Vila Ferroviária da Aldeota



Fonte: Almeida (2012)

Na contemporaneidade, a Vila Ferroviária corresponde à Rua Alfredo Prudente, localizada no bairro Centro, com entrada pela Rua Tenente Benévolo. Em uma de suas esquinas, está inserida uma residência histórica com características arquitetônicas do *mission style* (Figura 13).

Figura 13: Casa na esquina das ruas Tenente Benévolo e Alfredo Prudente



Fonte: Autores (2023)

Há apenas uma casa remanescente da vila ferroviária (Figura 14). As demais foram demolidas ou profundamente descaracterizadas, preservando apenas a disposição no lote como uma reminiscência da antiga vila. Logo, a residência do número 82 da Rua Alfredo Prudente resiste como o último exemplar. Sua identificação enquanto uma habitação histórica é dificultada pelo muro alto, que impede a visão do interior do lote. Há uma imagem do *Google Street View* que apresenta o aspecto da residência em 2012, com um muro ligeiramente mais baixo (Figura 15). Essa imagem apresenta a residência com seu telhado antigo, antes da uma intervenção que descaracterizou a fachada e a coberta original.

Figuras 14 e 15: Casa remanescente da Vila Ferroviária da Aldeota



Fonte: Autores (2023) e Google Street View (2012)

Além da casa remanescente da antiga Vila Ferroviária da Aldeota, há na Rua Alfredo Parente uma sequência de casas históricas, cuja implantação assemelha-se às da vila da CAP-RVC, com recuos e aproveitamento do recuo frontal como área de jardim (Figura 16). Essas residências, no entanto, apresentam diferentes desenhos de fachada, sugerindo sua construção em momentos distintos e por empreiteiros diferentes. Esses exemplares de arquitetura residencial histórica podem estar associados às vilas de aluguel construídas por empreendedores privados. Já na contemporaneidade, a lógica da produção habitacional para aluguel permanece, mas com formas distintas de ocupação do solo: edifícios verticalizados de até três andares, com apartamentos do tipo quitinete, a exemplo do edifício de número 17 da Rua Alfredo Parente.

Figura 16: Sequência de casas históricas ao lado de edifício de apartamentos



Fonte: Autores (2023)

Do outro lado da rua, estão localizadas casas de porta-e-janela, também com jardins frontais (Figura 17). Há, porém, um detalhe que as distingue das demais residências históricas da Rua Alfredo Parente: estas casas estão situadas abaixo do nível da via. Este aspecto pode indicar que as residências em questão são de ocupação mais antiga, possivelmente anteriores à abertura ou realinhamento da via.

Figura 17: Sequência de casas históricas construídas abaixo do nível da rua



Fonte: Autores (2023)

Apesar da quase completa demolição e descaracterização da Vila Ferroviária da Aldeota, a Rua Alfredo Parente conta com uma quantidade significativa de formas históricas de moradia, que resistem diante das pressões de renovação, transformação e substituição. Ao caminhar pela rua, o transeunte pode perceber evidências do uso cotidiano dessas casas como espaço de moradia: janelas abertas, jardins bem cuidados, lares decorados, som ambiente de rádio ou televisão, etc. Entretanto, uma das casas históricas da Rua Alfredo Parente aparenta estar abandonada, com suas aberturas parcialmente entaipadas (Figura 18). Essa residência em particular pode estar ameaçada quanto à sua permanência, seja devido à rápida deterioração resultante da falta de uso e manutenção de um edifício desocupado, ou à sua venda para demolição e subsequente substituição por uma forma de ocupação contemporânea.

Figura 18: Casa histórica com janelas entaipadas



Fonte: Autores (2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou investigar a passagem do tempo no contexto urbano a partir de uma abordagem fundamentada em conceitos elaborados por Milton Santos (2006, 2008). Compreende-se, portanto, que o passado exerce uma influência inegável nas configurações urbanas contemporâneas, manifestando-se através de heranças e marcas que revelam transformações da paisagem urbana.

Mergulhou-se, dessa forma, no processo histórico representado pelas pressões de remoção e redefinição dos territórios populares em Fortaleza, com atenção especial às favelas litorâneas. Essas áreas testemunharam transformações substanciais à medida que políticas públicas incentivaram processos de “desfavelização”, promovendo a ruptura das formas tradicionais de moradia. Essas intervenções deixaram cicatrizes na paisagem, evidenciando o embate entre a inserção de elementos tecnicamente representativos da contemporaneidade e as formas do passado, que permanecem na paisagem enquanto rugosidades. Como resultado, impactou-se profundamente a configuração socioespacial e paisagística da faixa litorânea, transformando-a em um mosaico fragmentado de distintas formas de ocupação do solo.

Por fim, analisou-se a permanência de moradias históricas como fragmentos materiais do passado. Essa investigação envolveu a realização de pesquisa de campo, incluindo registros fotográficos. Proporcionou-se, assim, uma visão tangível das formas de moradia que surgiram em um momento histórico anterior e permanecem na contemporaneidade enquanto rugosidades, adaptando-se às atuais dinâmicas urbanas e suas pressões de renovação, transformação e substituição. A materialidade presente na paisagem urbana reflete, portanto, as formas que se superpõem mediante acumulações e substituições.

Remoções, demolições, permanências e resistências se entrelaçam na complexa narrativa urbana de Fortaleza. A cidade reflete a tensão entre o velho e o novo, contrapondo as zonas luminosas à opacidade das formas tradicionais que permanecem na paisagem urbana contemporânea enquanto a materialização de tempos passados (Santos, 2006).

REFERÊNCIAS

ALDIGUERI, Camila. **Metamorfoses da terra na produção da cidade e da favela em Fortaleza**. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

ALMEIDA, Caliane. **Habitação social no Nordeste: a atuação das CAPs e dos IAPs (1930-1964)**. Tese (Doutorado) — Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2012.

ALMEIDA, Nilton. **Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: rebeldes pelos caminhos de ferro**. Dissertação (Mestrado) — Departamento de História, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

ANDRADE, Margarida. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

CASTRO, José Liberal de. **Cartografia urbana Fortalezense na Colônia e no Império e outros comentários**. In: Prefeitura Municipal de Fortaleza, Administração Lucio Alcântara, março 1979 — maio 1982, p. 23-81.

_____. **Arquitetura no Ceará: o século XIX e algumas antecedências**. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Vol. 128, pp. 9-68. 2014.

DANTAS, Eustógio Wanderley. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

CAVALCANTE, Eider de Olivindo. **Os meandros do habitar na metrópole: expansão urbana e controle territorial na produção do litoral de Fortaleza**. Tese (Doutorado) — Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

JUCÁ, Gisafran. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume Editora, 2000.

O CRUZEIRO. **Caderno especial do Ceará**. Rio de Janeiro, p. 69-101. 14 set. 1968.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. **Território livre de Iracema: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2001.

SILVA, José Borzacchiello da. **Formação socioterritorial urbana**. In: DANTAS, Eustógio Wanderley; SILVA, José da; COSTA, Maria Clélia. De cidade a metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009. pp. 87-141.

VIANA, Carlos Negreiros. **Os bancos criados pela Ação Social Católica no Ceará: o Crédito Popular São José, o Banco do Cariri e o Banco Popular de Sobral**. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Vol. 126, pp. 143-178. 2012.